**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2012, às 15 horas e 07 minutos, na Sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos Senadores: **Ana Rita (PT/ES), Marta Suplicy (PT/SP), Ana Amélia (PP/RS), Armando Monteiro (PTB/PE), Lídice da Mata (PSB/BA) e Sérgio Souza (PMDB/PR)**; e dos Deputados: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC), Dalva Figueiredo (PT/AP), Luci Choinacki (PT/SC), Nilda Gondim (PMDB/AP), Aline Corrêa (PP/SP)** e **Rosane Ferreira (PV/PR).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Ângela Portela (PT/RR); Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE);** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/RR);** **Teresa Surita (PMDB/RR); Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Sueli Vidigal (PDT/ES); Célia Rocha (PTB/AL)** e **Ademir Camilo (PSD/MG).** Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº | Ementa | **Autoria** |
| 656/12 | Requer seja convocado o Representante do Ministério Público da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré/SP, Dr. Gaspar Pereira da Silva, para prestar esclarecimentos sobre o Processo-crime 604.01.2006.010997-5/000. | **Deputada Aline Corrêa** |
| 657/12 | Requer a realização de Diligência da Comissão em São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso. | **Deputada Marina Sant’Anna** |
| 658/12 | Requer a realização de Diligência da Comissão em Luziânia, Valparaíso, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás; e, ao Instituto Médico Legal - IML, Juizado Especial da Cinelândia e ao Centro de Referência da Rodoferroviária, no Distrito Federal. | **Deputada Marina Sant’Anna** |
| 659/12 | Requer a realização de Diligência da Comissão em Goiânia, no Estado de Goiás. | **Deputada Marina Sant’Anna** |
| 660/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 661/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 662/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Acre informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 663/12 | Requer ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo a remessa dos autos do processo referente à acusação de crime de estupro cometido pelo Deputado Estadual Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso. | **Senadora Ana Rita** |
| 664/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 665/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 666/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 667/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 668/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 669/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 670/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 671/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 672/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 673/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Pará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 674/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 675/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 676/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 677/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 678/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 679/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 680/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 681/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 682/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 683/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 684/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 685/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 686/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 687/12 | Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. | **Senadora Ana Rita** |
| 688/12 | Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Recife, no dia 16 de abril do corrente ano. | **Senadora Ana Rita** |
| 689/12 | Requer à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco informações a respeito do funcionamento do Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros – CISAM. | **Senadora Ana Rita** |
| 690/12 | Requer informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. | **Senadora Ana Rita** |
| 691/12 | Requer a realização de diligência ao Complexo Portuário de SUAPE no Estado de Pernambuco, para verificar denúncias, apresentadas a esta CPMI durante a Audiência Pública realizada no dia 16/04 do corrente ano na cidade de Recife. | **Senadora Ana Rita** |
| 692/12 | Requer informações à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, complementares àquelas apresentadas durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano. | **Senadora Ana Rita** |
| 693/12 | Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano. | **Senadora Ana Rita** |
| 694/12 | Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes à compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano. | **Senadora Ana Rita** |
| 695/12 | Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informações sobre a criação de nova Vara de Violência Doméstica naquela Capital, bem como no tocante aos Funcionários a ela destinados e equipe multiprofissional. | **Senadora Ana Rita** |
| 696/12 | Requer a realização de oitiva da Dra. Flávia Batista Rocha, juíza responsável pelo processo referente ao caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre a tramitação do processo. | **Senadora Ana Rita** |
| 697/12 | Requer a realização de oitiva da Dra. Cassandra Maria Duarte, delegada responsável pelas investigações do caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre as investigações efetuadas. | **Senadora Ana Rita** |
| 698/12 | Requer sejam convidados para audiência pública representantes da Comissão de Juristas com a Finalidade de Elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJECP, constituída pelo Senado Federal. | **Deputada Jô Moraes** |
| 699/12 | Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPMI para a formulação do Fundo Orçamentário para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher. | **Deputada Jô Moraes** |
| 700/12 | Requer a convocação do Sr. Eder Pontes da Silva, Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso. | **Senadora Ana Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes** |
| 701/12 | Requer a convocação do Sr. Josemar Moreira, Subprocurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso. | **Senadora Ana Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes** |
| 702/12 | Requer a realização de diligência ao município de Queimadas, Estado da Paraíba, no dia 13 de setembro de 2012, para colher informações in loco sobre o caso do estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012 e para verificar as condições de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social e da unidade de Saúde da Família, equipamentos do município que devem atender às mulheres em situação de violência. | **Senadora Ana Rita** |
| 703/12 | Requer a realização de oitiva da Dr. Márcio Teixeira, promotor de justiça responsável pelo caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre o caso. | **Deputada Jô Moraes** |
| 704/12 | Requer ao Governador do Estado de Alagoas informações e cópias relativas ao Programa Brasil Mais Seguro. | **Senadora Ana Rita** |

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Esta reunião da comissão foi convocada, também, com o objetivo de deliberar acerca de audiências e procedimentos que nós deveremos realizar nesse período. Ainda não temos o quórum para deliberação, mas nós temos o quórum para a abertura da reunião.

Eu queria propor que a nossa Senadora Ana Rita desse uma breve informação sobre a dinâmica dos trabalhos que estão previstos pela relatoria e, em seguida, cada Deputada ou Deputado, Senador ou Senadora presente poderia, também, dar uma breve informação acerca da dinâmica dos trabalhos nos Estados onde já se realizaram as audiências públicas e nos Estados em que vão se realizar os preparativos, particularmente no Estado de Goiás e no Estado da Paraíba, aqui presentes, que ainda não se realizou.

Então, enquanto aguardamos para atingir o número regimental, vamos utilizar esse tempo.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para suas informações.

Eu queria dizer a vocês que, no Estado de Minas Gerais, completamos, ontem, o número de 60 assassinatos de gênero nesses meses todos. Só em agosto, até este dia, foram 9 mulheres assassinadas; dessas 60, 4 estavam grávidas. Há um clima de comoção e de determinação das instituições que nós deveremos, depois, tratar...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Boa tarde para todas as companheiras, também ao Senador Eduardo Azeredo e a todos que nos acompanham.

Eu acredito que nós poderíamos, Deputada Jô, fazer uma reflexão sobre o nosso cronograma para este segundo semestre. Pelo nosso plano de trabalho, ainda faltam alguns Estados para que possamos realizar as audiências públicas, conforme nós vínhamos fazendo até então.

Só para informar aos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nós já realizamos audiências públicas em nove Estados. Então, fizemos, primeiro, em Pernambuco, Minais Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo e Bahia – nessa mesma ordem em que foram realizadas audiências públicas. Podemos fazer aqui um balanço de que essas audiências públicas foram bastante positivas, considerando que tivemos a presença de todos os órgãos públicos na grande maioria dessas audiências e, também, a presença forte, marcante, da sociedade civil organizada.

O resultado é bastante proveitoso, podemos afirmar que o quadro que nós estamos percebendo nos Estados se repete na maioria deles. É claro que, em alguns Estados, os problemas se concentram mais nos serviços prestados pelo Poder Executivo; em outros Estados, os problemas, as dificuldades se concentram muito mais no sistema de justiça. Mas, de um modo geral, vimos que as situações são muito semelhantes nos Estados por onde nós passamos. Há algumas iniciativas positivas, interessantes.

Também podemos afirmar que, com a passagem da CPMI, algumas providências já foram adotadas por boa parte dos Estados, como é o caso, por exemplo, do Estado do Paraná, que criou, recentemente, mais cinco novas varas. Isso é fruto da passagem da CPMI no Estado do Paraná. Isso é muito bom. Em outros Estados, têm acontecido situações semelhantes de criação de varas. Isso mostra que a CPMI tem tido um efeito positivo e sensibilizado as autoridades públicas por onde estamos passando, mas isso não é suficiente. Sabemos que muita coisa ainda precisa ser feita e o objetivo da apresentação do nosso relatório é justamente fazer esse balanço e apresentar quais são as principais dificuldades e propor as medidas para que essas dificuldades possam ser sanadas em todos os Estados e com relação a todos os poderes constituídos.

O que gostaria, como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é de fazer uma reflexão com o nosso colegiado a respeito das audiências públicas que faltam.

Conforme vocês já sabem, foi apresentado um requerimento solicitando a prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Esse requerimento já foi aprovado pelas duas Casas, na sessão do Congresso, não é isso Oscar? Já foi aprovado e, portanto, temos um tempo maior para concluir nossos trabalhos.

Penso que é muito bom concluirmos antes do prazo que temos pela frente. Com a prorrogação teremos mais 180 dias de prazo, o que significa que entraremos em 2013. Particularmente acho que deveríamos concluir os trabalhos ainda este ano. Acho que o tempo que temos é suficiente para que façamos aqui pelo menos quase tudo previsto no nosso plano de trabalho. Por que acho importante concluir este ano? Porque depois vamos entrar no recesso de dezembro e janeiro, o mês de fevereiro é um período não muito produtivo, vem carnaval do ano que vem, enfim, as coisas acabam demorando muito.

Penso que, diante do que temos de informações já colhidas não só nas audiências públicas que realizamos nos Estados, mas também das audiências públicas realizadas aqui, já nos dá condições de apresentar um bom relatório. Penso que poderíamos tentar construir esse cronograma do segundo semestre de tal modo que possamos apresentar o nosso relatório final no mais tardar no início do mês de dezembro, para que possamos aprovar nesta Comissão e fazer os devidos encaminhamentos para as autoridades públicas. Já tive essa conversa com a nossa assessoria, que está nos ajudando a fazer o relatório e, na nossa avaliação, é possível concluir os trabalhos ainda este ano, embora não seja possível – e isso eu quero refletir com vocês – para atender todas as demandas de audiências públicas.

Então, vejam bem, vocês poderão ter em mãos – e peço ao Pena para entregar a vocês – no nosso cronograma de trabalho quais os Estados que já realizamos as audiências públicas, os Estados onde já há audiências marcadas, combinadas com autoridades locais e os Estados que ainda faltam ser contemplados com as audiências públicas. Tenho uma proposta a fazer, se vocês assim concordarem já fiz uma pré-conversa com a nossa Presidenta Deputada Jô. Vocês estão com o cronograma? Os Estados de 1 a 9 são os Estados em que já realizamos audiências públicas. Os Itens 10 e 11, que são os Estados da Paraíba e do Amazonas, estão com essas datas programadas: na Paraíba 13 e 14 de agosto, digo, de setembro e, no Amazonas, dia 9 de novembro.

Agora, consta ainda no nosso plano de trabalho os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Pará e Tocantins. Outros Estados que foram solicitados por parlamentares da Comissão e que não estavam no nosso plano de trabalho: os Estados do Ceará, Amapá e Sergipe e também os Estados do Acre, Piuaí e Maranhão que foram solicitados por outros parlamentares que não são membros desta Comissão.

A nossa proposta é de que, na medida do possível, possamos atender todas as regiões do nosso País. A Região Sul já foi 100% contemplada e, portanto, já estivemos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; na Região Sudeste só ficou faltando o Estado do Rio de Janeiro, mas já estivemos no Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais; no Nordeste já estivemos em vários Estados como Pernambuco, Alagoas, Bahia e, agora, iremos à Paraíba. Então, portanto, da Região Nordeste, quatro Estados serão visitados. Faltaria irmos à Região Centro-Oeste e à Região Norte.

A minha sugestão, e me parece que a Deputada Jô também tem esse entendimento, é que nós possamos ir ao Estado de Mato Grosso do Sul, porque nós já tínhamos uma audiência pública agendada em Mato Grosso do Sul, que tinha sido mobilizada, inclusive, pelo pelos nossos parceiros locais, movimentos sociais e parlamentares locais, mas não foi possível na data programada, e tivemos de fazer o adiamento.

Então, a minha sugestão é de que possamos manter Mato Grosso do Sul.

A Região Norte, nós teríamos de ver – estamos com o Amazonas agendado, já, para o dia 09 de novembro – se nós vamos a mais algum Estado da Região Norte ou não, se ficaremos só com o Estado do Amazonas.

A princípio, a ideia é que a gente possa fazer pelo menos mais dois Estados além dos que já estão programados – Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, e tem Goiás. A Deputada Marina já está mobilizando para que possamos fazer aqui em Goiás. Goiás é próximo, é mais fácil de os parlamentares estarem presentes e é um período, também, que é menos demandado, em Goiás, em função do processo eleitoral também, que aqui no DF não tem nesse período. Então, isso facilitaria bastante, para não haver, inclusive, conflitos de agendas e tudo mais.

Então, a nossa sugestão seria esta: na medida do possível, a gente tentar pactuar os Estados, de tal modo que a gente possa concluir esse cronograma ainda neste segundo semestre, de tal modo que a gente possa fazer o nosso relatório e apresentar, o mais tardar, no início do mês de dezembro.

Então, era essa a reflexão que eu gostaria de fazer com o Colegiado, para ouvir a opinião de vocês também, para que possamos deliberar sobre isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra, para esta discussão, além de uma avaliação dos trabalhos, o balanço sobre a proposta apresentada por nossa relatora, a Deputada Rosane Ferreira.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Obrigada.

Primeiro, boa tarde a todas e a todos.

Bem rapidamente, Senadora Ana Rita, eu acho, com relação à CPMI e aos trabalhos no meu Estado, que o melhor que nós tivemos lá foi poder ter pautado a imprensa no período que antecedeu a CPMI propriamente dita.

Então, nós conseguimos colocar nos meios de comunicação o diagnóstico da violência que lá se dá, números, dados, pesquisas, e isso foi muito interessante e uma prévia muito importante para a CPMI. A CPMI teve uma visibilidade muito boa e nós, como a senhora colocou agora há pouco, conseguimos já colher os primeiros frutos: a criação de varas em cinco cidades importantíssimas no nosso Estado, geograficamente muito bem localizadas – uma na região metropolitana, sudoeste, Campos Gerais. Quer dizer, a localização dessas varas foi de suma importância, mas tudo isso por todo o cenário que foi criado.

Quando eu falo de meios de comunicação, eu não estou falando de publicidade para mandatos e para os parlamentares. Eu não estou falando disso. Eu estou falando do tema, da causa.

Nesse momento, tudo é pautado no meio da imprensa com relação às eleições. Não se fala em outra coisa, não se tem outro foco. Então, eu acho pertinente que a gente... Concordo com a senhora que o que se tem de instrumento já daria um grande trabalho, um grande relatório. Pode haver algumas situações muito particulares de outros Estados, que talvez tenham de ser vistas, mas acho que o período eleitoral prejudica um pouco a gente, no sentido da sensibilização da sociedade para o problema.

Nesse sentido, eu sugiro que a gente retome os trabalhos em outubro. Nesse sentido.

É óbvio que a gente tem pressa, a gente não quer continuar com essas coisas, continuar citando casos de violência, continuar trazendo números, engordando essa estatística tão lamentável, mas eu acho importante que a sociedade se atenha a isso, sabe? Eu acho importante que as pessoas falem disso. Eu acho importante que a gente discuta esse tipo de coisa na sociedade.

Para finalizar, vou falar uma coisa rapidamente. Durante muito tempo, antes de ser Deputada Estadual, antes de estar nesta Casa, eu trabalhava como técnica na área de saúde e era chamada para fazer as tais Sipats, não sei se a senhora se familiariza com essa situação, mas trata-se de semanas de prevenção de acidentes de trabalho em empresas. Muitas vezes eu era chamada para falar sobre DSTs, sobre AIDS com empregados, na grande maioria, trabalhadores homens. Na grande maioria homens que têm acesso tão difícil à informação, à educação, a tudo. As mulheres acabam indo mais para as unidades de saúde, até por conta da gravidez, por conta dos seus filhos, por conta de tudo. E, nesse programa do Sipat, via de regra, fala-se das mesmas coisas: DSTs...

Eu acho que em algum momento a gente tem de interagir para que a gente possa falar da Lei Maria da Penha para trabalhadores. Eu estou falando trabalhadores referindo-me a grande maioria dos brasileiros. Sabe aquele que sai às 6 horas da manhã para o trabalho, e que fica pendurado no ônibus, e que volta às 6 horas da tarde, e não tem acesso à comunicação, que não escuta o jornal, que às 6 horas da tarde, quando volta, às vezes, para no boteco e bebe um monte antes de chegar em casa... Em algum momento essas pessoas têm de saber que existem leis; as mulheres precisam saber que existem leis que as protegem. Essas pessoas que não têm acesso, ainda, aos meios de comunicação formal, à educação formal, essa coisa toda.

Então, lá na frente, quando a gente vai trabalhando uma série de coisas, as casas, nós temos de ter outros meios de divulgação da Lei Maria da Penha, dos problemas que nós temos com a violência doméstica para toda a sociedade. Mas isso é lá na frente. Eu só estou discutindo uma forma de fazer com que as pessoas conheçam o nosso trabalho.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Rosane.

Nós pedimos aos assessores dos Deputados, àqueles que ainda não assinaram, a Deputada Aline, se for possível, para agilizar a informação, que ela possa comparecer, para que a gente possa entrar em um período de deliberação.

Deputada Marina Santanna.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT– GO) – A respeito do nosso trabalho, eu cumprimento, aqui, a Senadora, o Senador que saiu ali, as Senadoras que também passaram por aqui, as Deputadas e toda a assessoria aqui presente.

Eu penso que já tem um trabalho posto. Concordo, Senadora Ana Rita. Já tem um trabalho posto. Praticamente metade dos lugares em que se planejava anteriormente ir já teve a presença da CPMI, com grande mobilização com a sociedade, com segmentos, com o setor público. Então, penso que, para esse curto tempo, em meio a tantas agendas importantes, essa agenda foi mais importante e a CPMI puxou a atenção.

A gente, para poucos meses que temos de agora para o final do ano, e tendo em vista essa lista aqui, com esses pontos em vermelho de lugares não visitados ainda, como foi mencionado, a exemplo do Centro-Oeste que ainda não está colocado aqui, e alguns outros lugares que talvez ainda não tenhamos aprovado, assim como a Região Norte, e tudo o mais.

Em todo caso, penso que a gente, nesta reunião, tem a possibilidade de dar o trato para colocar, vamos dizer, uma compreensão mediana do que acontece no País. Porque, de fato, não tem como ir a todas as cidades. São 5.600 Municípios. Então, não tem como ir. Mas é nossa tarefa. Esse foi o esforço inicial para buscar os Municípios, as capitas, os lugares, mas eu acho que a gente precisa ter uma média nacional do que está acontecendo, sabe?

Anteontem, à noite, me encontrei com uma amiga, faço esse relato em um minuto, e fiquei muito impressionada, porque ela era do movimento estudantil, começou no movimento secundarista, aquela pessoa com muita garra, muito desejo, tem duas filhas, e ela estava chorando compulsivamente na minha frente, pelos maus-tratos do marido. E ela, chorando e eu falando para ela: “Escuta, nós precisamos dar um jeito nisso. Nós não podemos deixar desse modo”. E ela sem a menor confiança de que, se fosse à polícia, não acabaria morta. Eu acho que o nosso desafio é compreender o que nós vamos fazer com relação a tudo isso, como é que protegemos uma mulher que, quando fala o nome do marido, chora na sua frente. Ela, na verdade, sabe da Lei Maria da Penha, está se formando agora, é uma pessoa com discernimento político, conhece o papel do Estado, sabe tudo, mas ela acha que, se ela fizer alguma coisa, ela vai ser morta ou suas filhas. E ela está lá sofrendo ameaças o tempo todo. Nós tínhamos menos de uma hora de conversa e ela falou cinco vezes a palavra “burra”: “Eu não sou burra”. Aí eu perguntei para ela: “Você está ouvindo isso daí no seu cotidiano?”. Ela disse: “Estou ouvindo, falando que eu sou burra, que eu sou gorda, que eu sou isso, que eu sou aquilo”. Então, a mulher sabe o que ela está sofrendo e ainda não tem o amparo das esferas de Estado, dos lugares, para chegar e falar assim: “Eu vou ser protegida”. Não tem ali a Casa Abrigo, não tem ali a assistência toda. O cara vai lá e pode matar mesmo, pode matar a mulher e as crianças.

Eu penso que precisamos ter essa média para poder saber direitinho, porque podemos, às vezes, dialogar com o setor público, dialogar com os movimentos e achar que estamos tendo uma pretensa média. Eu acho que precisamos fazer esse esforço para, até o final de dezembro, se for acatada a pretensão de concluir o relatório e os relatórios paralelos dos três GTs, que consigamos realmente ter certeza de que sabemos o que está acontecendo no Brasil sobre essa pauta.

Reiterando os requerimentos aprovados anteriormente, sobre lugares a se estarem presentes, eu gostaria de sugerir que os três requerimentos que encaminhamos nesta semana possam ser aprovados de modo a dar um pouquinho de folga no trabalho da Comissão. Primeiro, são três requerimentos em que eu me disponho, mas que eu gostaria muito que outras pessoas pudessem se dispor também, juntamente com a assessoria da Comissão, a fazer diligências em alguns lugares. Audiências públicas é uma coisa, as diligências não precisam estar coladas...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª** **MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Aqui, no DF e no Entorno ‑ eu até conversava com os procuradores que estão aqui presentes –, não porque compõem a mesma realidade de esforço de Estado totalmente, mas porque estão muito próximos, têm população que vai e volta, e podemos ter uma média dos acontecimentos aqui. Então, eu sugeri aqui que façamos algumas diligências – a mesa tem em mãos ‑, umas seis ou sete diligências entre o Entorno e o DF, diligências ao Poder Judiciário, diligências às delegacias e assim por diante.

Eu sugeri também que possamos ir a São Félix do Araguaia, que é uma história antiga. Como aqui não está Cuiabá, eu vou reforçar aqui São Félix, também se tratando de diligências, para que possamos apurar entre camponesas e índias, que, de fato, não têm acesso nem ao telefone para ligar naqueles lugares mais distantes, ali, na prelazia de São Félix. Que possamos fazer em São Félix do Araguaia essas diligências.

Eu também sugeri que, mais adiante, caso possamos fazer audiência pública também, tanto a audiência daqui, do DF e Entorno, quanto audiências e diligências ali, na cidade de Goiânia.

Então, são essas três solicitações.

De fato, no caso de Goiânia, precisa-se marcar uma mesma data talvez para diligências e audiências. No caso do DF, pode ser antes das eleições, porque eu acho também, como a Rosana falou aqui, caberia um pouco melhor. Pode ser, porque o DF não tem eleições e eu acho que o que tem de eleição no Entorno não atrapalharia a mobilização para esse evento, porque cobre muitas cidades e tudo mais. Então, é essa a sugestão. Agora, na segunda metade de setembro, DF e Entorno, tanto diligências quanto audiências, e, posteriormente, no período pós-eleitoral, Goiânia. São Félix do Araguaia poderia ser tanto agora quanto depois porque também não há implicações de ordem política ou algo assim. Não vai acontecer nada de excepcional, são visitas a instituições.

Obrigada, meninos e meninas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina.

Deputada Nilda Gondim.

**A SRª NILDA GONDIM** (PMDB – PB) – Bem, quero cumprimentar a Deputada Presidente, Jô Moraes; a nossa Senadora Ana Rita, Relatora; e a nossa querida Keiko Ota.

Estou vendo aqui que a Paraíba é nos dias 13 e 14. Por mim, em qualquer dia que a Comissão achar por bem, estarei pronta, disposta, para acompanhar, não só para fazer o meu trabalho só como parlamentar, mas também para ciceronear a Comissão, porque, afinal, Campina Grande faz parte da Paraíba. Eu estarei lá. Tenho um ciclo de amizade grande e disponibilizo tudo que vocês precisarem, com certeza.

Agora, pondero à Presidente, à Senadora que é preciso falar também com o Governador Ricardo Coutinho. Ele não faz parte da nossa aliança política, então quem terá condições de fazê-lo são vocês mesmos, para ver se realmente ele vai ter condições de recebê-las. Parece-me que há na Assembleia Legislativa.

Na Assembleia, posso, inclusive, interceder, porque é uma pessoa nossa, um Presidente amigo, uma pessoa inteiramente simpática. Tenho certeza de que ele não vai criar obstáculo.

Agora, não sei com o Governador, aí não sei. Em Campina, posso tomar conta. Fica a cargo de vocês.

E pondero esse período de eleição. Por mim, não; é pelo Governador e pela Secretária – a nossa Secretária, com quem me dou bem.

Então, fica a cargo de vocês, com certeza.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Nilda.

Vamos fazer ponderações logo a seguir.

Deputada Keiko Ota.

**A SRª KEIKO OTA** (PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero expressar minha alegria de estar aqui com a Senadora e a nossa Presidente – com a Senadora Ana Rita e a nossa Presidente Jô Moraes.

Quero dizer que, no meu balanço, quando a CPMI passou por São Paulo, provocou muitas coisas boas.

Inclusive, estive agora com o Alckmin, o nosso Governador, que disse: “Ota, estou aberto para conversarmos”. É sobre aquilo que falamos na reunião, lembra-se? Os quatro pontos que realmente queremos e que precisam ser mudados.

Então, preciso fazer mais uma conversa, para que possamos levar esses pontos. E também percebi que a mídia provocou... passou a noticiar mais essa questão da violência contra a mulher e que as mulheres da periferia, que são menos favorecidas, passaram a entender e a perceber a importância da Lei Maria da Penha. Foi um avanço muito grande. A mídia deu essa abertura, que a CPMI provocou, levando a São Paulo.

Agora precisamos intensificar o trabalho. Já há uma conversa com as deputadas da Assembleia Legislativa, as deputadas estaduais, e com as da Câmara de Vereadores. Nós vamos fazer um trabalho em conjunto, Senadora. Isso, para intensificar o trabalho, para não ficar só no discurso.

Obrigada.

 **A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Keiko Ota.

A proposta da Senadora se divide em um conjunto de audiências públicas internas, para as quais pediríamos que a Assessoria levantasse as datas. Há, entre elas, algumas muito importantes, tais como a do Ministro da Justiça e do representante do Conselho Nacional de Justiça.

Essa, importante, seria a prioritária da realização, para que pudéssemos discutir e aprofundar mais a nossa acumulação com duas instituições fundamentais no enfrentamento à violência, que é o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça.

O segundo conjunto de propostas de audiências externas nos Estados: é a da Paraíba, a do Amazonas, a do Mato Grosso do Sul e, no caso, acrescenta-se aí a proposta da Deputada Marina, de diligências. No caso de Goiás especificamente, ela pode explicitar se nós realizaremos uma audiência pública no Distrito Federal, já que não há problemas de calendário eleitoral, e realizaremos diligências em outras cidades.

Eu acho que essas quatro audiências públicas, Paraíba, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, particularmente a do Distrito Federal, que tem todas as condições de realizar essa audiência pública sem investimentos muito pesados da própria Comissão e com a presença inclusive... Nós estamos com problema de calendário, porque o esforço concentrado do Senado não coincide com o esforço concentrado da Câmara. Eu acredito que as datas propostas... Falta apenas a data de Mato Grosso do Sul, e nós deveremos verificar se é possível a data de 15 de outubro; já estabeleceríamos uma data na segunda quinzena de outubro para Mato Grosso do Sul. A do Amazonas está adequada; a de Goiás seria estabelecida ainda dentro desse processo até o final de agosto.

Quanto à ideia de diligências, Senadora Ana Rita, eu a acho interessante para, talvez, cobrir um vazio que nós temos no Norte. Talvez possamos fazer isso, porque integra a nossa Comissão, por exemplo, a Senadora Angela Portela. O deslocamento de assessores e funcionários para a realização de diligência é pequeno. Nós poderemos construir com ela a realização de uma diligência em Roraima que complementasse um pouco esse vazio.

No Amazonas, além da audiência pública, nós poderemos também ressaltar esse enfoque, alguma diligência com setores indígenas, que talvez possam ser cobertos. Eu acredito que é possível fazer essa agenda intensificando-se as audiências internas aqui, cujo cronograma nós deveremos estabelecer.

O Marcos está lembrando aqui que nós discutimos muito com a sociedade civil os problemas que estamos enfrentando nos lugares onde estavam sendo realizadas essas obras do PAC. Eu acho que, no caso específico das obras do PAC, também pode ser feito sob a forma de diligência. Eu acho que a nossa visita não impacta o processo eleitoral, e vamos buscar alguma dessas obras – uma das parlamentares que seja do Estado e integre a Comissão pode realizar. A questão da diligência nas obras do PAC, pelo que nós escutamos durante as audiências públicas com a sociedade civil, necessita de uma resposta. Talvez seja esse um dos vazios que nós temos aqui.

No conjunto da proposta, eu queria apenas lembrar que a Deputada Carmen Zanotto teve de sair para fechar uma comissão – uma audiência pública precisava de um Deputado para concluir os trabalhos e convocar a próxima. Ela teve de ir, mas levantou uma preocupação, que eu registro aqui, que era a de realizar a audiência de Queimadas durante o período eleitoral – não é audiência, é diligência. Como envolve setores, ela pediu para registrar; depois nós podemos fazer essa discussão. É evidente que a audiência pública da Paraíba já está aprovada, mas, quanto à diligência de Queimadas, estamos aguardando quórum para deliberação.

Os demais requerimentos são de convocação de um Procurador, em São Paulo; da Deputada Aline; são as diligências de Goiás; de São Félix, da Deputada Marina; são requerimentos de informações aos Estados que nós já fomos e que não foram enviados, inclusive sobre orçamento; a diligência de queimada; diferentes audiências públicas, grupos de trabalho e convocação do Procurador e do Subprocurador do Espírito Santo quanto, no caso que foi levantado na audiência pública, à perseguição e ameaça em que envolvidos não foram convocados para iniciar o processo. Então, nós teríamos de usar esse instrumento como suporte para a situação de risco a que algumas vítimas lá vivenciam. Por isso que nossa proposta – e eu queria que a assessoria definisse – estaria nas audiências internas todas aqui já previstas nas audiências externas na Paraíba, no Amazonas e no Mato Grosso do Sul, nas diligências em Roraima, em Goiás e audiência pública no Distrito Federal (que é possível), pois já existe requerimento também aprovado. Então, não temos problemas, pois são quatro Estados a realizar audiências públicas, dois Estados a realizar diligências complementares, Goiás e Roraima, e o resultado dos grupos de trabalho estabelecido aqui, sejam os relativos à questão orçamentária como os relativos à legislação vigente.

Temos, inclusive, a presença de dois Procuradores do Distrito Federal que estão dispostos a colaborar com o trabalho que a Deputada Marina coordena no que se refere à diligência. A Comissão Especial de Violência Contra a Mulher, de Minas Gerais, terminou os trabalhos (concluiu os trabalhos) e solicitou uma entrega formal à Comissão do seu relatório. Nós vamos sugerir que na primeira audiência que realizarmos aqui, que provavelmente será a do Ministério da Justiça e a do CNJ, que nós possamos receber também, apenas para entrega formal, a Comissão de Deputados da Assembleia Legislativa de Minas para a entrega de seu relatório.

Eram essas as propostas que nós estamos aguardando com a possibilidade de quórum para as deliberações. Alguma questão a mais para encaminhar?

Nós vamos... Alguém mais quer...

As questões já foram... Ninguém mais querendo usar da palavra, nós vamos suspender para assegurar uma mobilização que dê garantia ao quórum.

Está suspensa a reunião da Comissão.

*(Suspensa às 15 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 50 minutos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retomamos os trabalhos desta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, lembrando que, no debate do cronograma dos trabalhos, propusemos a realização de audiências públicas na Paraíba, no Amazonas, no Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal. Nós propusemos diligências a serem realizadas em algumas cidades de Goiás, na capital de Roraima e em uma obra do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento. Quando realizamos as audiências públicas com a sociedade civil, o que ficou mais explícito no depoimento das pessoas é que nessas grandes obras de concentração de trabalhadores, sobretudo homens, a exploração sexual de mulheres e, muitas vezes, a violência estavam em crescimento. Por isso que nós deveremos aprovar também a audiência pública dentro do nosso plano de trabalho prevendo a realização de audiências internas aqui, incluindo a que já está prevista para o mês de novembro com o Ministro da Justiça e com o representante do Conselho Nacional de Justiça.

A par dessas indicações, a Senadora Ana Rita, nossa Relatora, propôs a referência de apresentação do relatório ainda este ano, no mês de novembro, já que ultrapassar a legislatura deste ano seria muito ruim.

Feito esse resumo das indicações do trabalho, coloco em votação as atas da 14ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 23ª reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estamos colocando em votação essas atas neste momento em que a Comissão alcançou o quórum mínimo exigido.

Estamos apresentando para aprovação ou não os Requerimentos 656, que convoca o Procurador do Estado de São Paulo; 657 a 659, que aprovam diligências no Estado de Goiás, no Entorno do Distrito Federal e em São Félix do Araguaia; os Requerimentos 660 a 687, de informações dos Estados sobre o orçamento, são requerimentos que já foram enviados para os Estados e esses Estados não apresentaram as suas informações; Requerimentos 688 a 695 de informações também relativas aos Estados; Requerimentos 696 e 697, relativos à diligência a ser realizada em Queimadas; Requerimento 698, de audiência pública; Requerimento 699, do grupo de trabalho; Requerimentos 770 e 701, convocando o Procurador e Sub-Procurador do Espírito Santo, já que na audiência realizada naquele Estado foi solicitada informação acerca de ameaças que estavam se realizando contra vítima de violência sexual e nenhuma providência foi tomada até este momento; Requerimentos 702 e 703, também sobre a diligência em Queimadas; e o Requerimento 704, de informações.

Os Srs. Deputados e as Srªs Deputadas, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos que foram debatidos nesta tarde com os autores e os presentes a esta audiência pública.

Nada mais tendo a tratar, encerramos esta audiência administrativa e convocaremos, em data próxima, audiências internas a serem realizadas nesta Casa.

Uma boa-tarde a todos e a todas.

*(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, suspensa às 15 horas e 47 minutos, reaberta às 16 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.)*

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente